

De que lado você está?

Entre os dois projetos em disputa para a Petrobrás e para o Brasil

Há várias candidaturas nesta eleição, mas como nos últimos anos a disputa continua entre dois projetos bem distintos, representados pelos candidatos que lideram as pesquisas de intenção de voto para presidente da República: Lula e Flávio Bolsonaro. Esses candidatos representam dois lados opostos da disputa sobre a gestão futura do Sistema Petrobrás e do Brasil.

A pergunta para as petroleiras e petroleiros de Minas, entre próprios e contratados, que já vivenciaram e sentiram na pele o que é ser governado por esses dois projetos, é uma só: De que lado você está?

Vote com consciência! Votar em quem tem compromisso com o futuro das nossas famílias, é votar em quem defende a Petrobrás, os nossos empregos e os nossos direitos.

- ★ **Petrobrás estatal**, a serviço dos interesses do povo brasileiro
- ★ Atuação da **Petrobrás na exploração**, refino, gás, energia e transição energética, com desenvolvimento regional de Norte a Sul
- ★ Mais **investimento nas unidades da Petrobrás**, com mais obras, mais paradas de manutenção, mais contratos, gerando emprego e renda
- ★ Controle dos preços dos **combustíveis a preços justos**, em reais, conforme produção nacional
- ★ **Ampliação dos salários e benefícios**, acordos com aumento real
- ★ Greves para avançar em **melhores salários e direitos**
- ★ **Diminuição da inflação** e do preço dos alimentos
- ★ **Menos desemprego**, com mais contratações formais. Milhares de contratações por concurso público. **Regap** com filas para passar na catraca e estacionamento cheio.
- ★ **Aumento real do salário mínimo** e ampliação dos benefícios sociais. **Isenção do imposto de renda** para até 5 mil reais.
- ★ **Melhorias nos planos de saúde dos trabalhadores**. Benefícios para dependentes como regra nos contratos.
- ★ **Melhorias na alimentação** e transporte
- ★ Aumento dos treinamentos de segurança e **redução de acidentes**

- ✗ **Petrobrás privatizada**, com refinarias entregues para a multinacionais
- ✗ Fechamento de unidades, **fim do investimento em estados fora do eixo RJ-SP**, diminuição da produção e aumento da importação de combustíveis
- ✗ **Diminuição dos investimentos** em novas unidades e manutenção, gerando desemprego local
- ✗ Preços de gás de cozinha, diesel e gasolina mais altos, com **preço conforme mercado internacional**, em dólar
- ✗ **Corte de salários e benefícios**
- ✗ Greves contra **atraso de salários, demissões e calotes**
- ✗ **Fila para comprar osso e ovo**
- ✗ Filas quilométricas para entrevistas de emprego, **aumento do desemprego**. Fim dos concursos públicos. **Regap esvaziada**.
- ✗ Salário mínimo e aposentadorias congeladas, com **aumento do tempo para se aposentar**.
- ✗ **Sucateamento dos planos de saúde** dos empregados. Contratados com baixa cobertura e sem direito ao benefício para dependentes.
- ✗ **Corte de linhas de transporte**, alimentação de pior qualidade
- ✗ Redução dos treinamentos de segurança, aumento de **acidentes e mortes no Sistema Petrobrás**

Histórico de resistência aos ataques à Petrobrás



A Petrobrás sempre esteve no centro das disputas políticas do nosso país. Sua criação foi fruto de uma luta popular, do povo organizado, quando as elites diziam que seria impossível explorar petróleo no Brasil. A pressão das elites contra a criação da Petrobrás chegou a ser citada na carta-testamento de Getúlio Vargas. Na década de 1990, houve a tentativa de entrega do patrimônio nacional, com a venda a preço de banana por várias grandes empresas estatais, como a Vale. Os petroleiros resistiram, com greves históricas em 1994 e 1995.

Nos anos 2000, o pré-sal, uma das maiores descobertas de riquezas no mundo inteiro nas últimas décadas, foi desdenhado pelas elites brasileiras, mas posteriormente foi alvo de espionagem estrangeira durante o Governo Dilma. O modelo de partilha, o fortalecimento da Petrobrás e da indústria nacional foram um dos motivos para o golpe contra Dilma Rousseff que, como já provado, não cometeu nenhum crime.

A queda de Dilma e a prisão política de Lula abriram caminho para um dos períodos mais tenebrosos da história da Petrobrás. Com Temer e Bolsonaro, refinarias foram colocadas à venda, fábricas de fertilizan-

tes e biodiesel foram fechadas, e empresas de distribuição e transporte de combustíveis foram entregues a preço de banana, como BR Distribuidora, Liqigás e TAG. Enquanto isso, os preços do diesel, gasolina e gás de cozinha estouraram, gerando muita inflação, greves de caminhoneiros e levando famílias mais pobres cozinhareem com lenha.

Em 2023, com a reeleição de Lula, esse pesadelo foi interrompido e foi iniciado um período de reconstrução da empresa. A política de preços de combustíveis foi alterada e os preços baixaram. Os investimentos foram retomados, com a volta de projetos na RNEST, Complexo Boaventura e UFN III, a reabertura das Fafens Paraná, Bahia e Sergipe, o cancelamento da privatização da PBio e do processo de venda de refinarias como a Regap. As unidades voltaram a contar com investimentos para ampliação de produção, novas unidades, projetos de transição energética etc. Os projetos socioambientais e culturais também foram retomados, envolvendo investimentos históricos nos últimos três anos, assim como tem sido crescente as contribuições em impostos e dividendos aos governos federal, estaduais e municipais.

Reestatiza Brasil!

Muito ainda falta para avançar, por isso não há espaço para retrocessos. As lutas agora precisam ser pela reestatização das refinarias privatizadas, como a RLAM e REMAN, além das empresas do Sistema Petrobrás vendidas no governo Bolsonaro. Portanto, eleja quem tem compromisso com a Petrobrás estatal, a serviço do povo brasileiro, gerando emprego, desenvolvimento e soberania para o Brasil.

Como o presidente da República não governa sozinho, vote em deputados/as e senadores/as comprometidos/as com uma agenda que tenha respaldo popular: valorização do salário mínimo, redução das desigualdades, defesa do SUS, educação pública, proteção ambiental, desenvolvimento econômico, soberania nacional, direitos das mulheres, combate ao racismo, tributação mais justa e melhores condições de trabalho.

Lembrar para não esquecer!

Entre 2016 a 2022, durante os governos Temer e Bolsonaro, a Petrobrás teve o seu pior momento da história. Não só os postos de trabalho quase foram extintos, pioraram salários, benefícios e condições de trabalho de empregados próprios e terceirizados, como houve o risco real da Regap ser vendida.

 **Desemprego:** O número de empregados próprios e terceirizados da Regap e outras unidades diminuíram muito, com redução do número de contratos e o fim dos concursos públicos.

 **Salários e benefícios rebaixados:** Trabalhadores sofreram com contratos rebaixados, redução de salários e cortes de benefícios, especialmente contratados. Multiplicavam-se os casos de atrasos e calotes. Coisas básicas como cestas básicas e plano de saúde para dependentes foram excluídas.

 **Precarização e insegurança:** Unidades tiveram redução dos serviços de manutenção, com aumento de acidentes graves e mortes em todo o Sistema Petrobrás. Postos de trabalho foram terceirizados, com a substituição por trabalhadores com piores salários e benefícios, além de péssimas condições de trabalho.

 **Medo e angústia:** Trabalhadores não sabiam se chegariam para trabalhar e a Regap estaria vendida. Muitos temiam serem transferidos ou demitidos com a chegada de uma nova empresa privada. Existia a possibilidade real de parada da produção e utilização da Regap apenas como local de armazenamento de combustíveis vindos de outro estado, como ocorreu na privatização da Reman, em Manaus (AM).

 **Lutas para não perder:** Movimentos grevistas não eram mais realizados para conquistar mais direitos ou aumentos reais no salário, mas sim para impedir cortes de benefícios, atrasos de salários e demissões.

 **Repressão:** A resistência e organização dos trabalhadores era tratada basicamente com demissão e polícia. Com o aumento do desemprego e das ameaças de chefes e gerentes, muitos contratados temiam fazer greve. Sindicalistas foram proibidos de entrar na dependência das unidades, tratados como bandidos.

Entenda como funciona o sistema de votação no Brasil

Nas eleições de 2026, cada eleitor brasileiro poderá votar para presidente da República, governador, dois senadores, deputado federal e deputado estadual. Para presidente e governador, é utilizado o sistema majoritário. Se nenhum candidato alcançar mais de 50% dos votos válidos, os dois mais votados disputam o segundo turno. A eleição para o Senado também é majoritária, mas funciona de maneira mais simples: não há segundo turno. Em 2026, cada estado e o Distrito Federal elegerão dois senadores.

A eleição para deputado federal e deputado estadual utiliza o sistema proporcional. Nesse caso, não basta simplesmente contar quem teve mais votos individualmente. Primeiro, são calculadas quantas cadeiras cada partido ou federação terá direito a ocupar, de acordo com a quantidade de votos re-

cebidos pela legenda e pelos seus candidatos, que precisam ter um número mínimo de votos. O partido terá direito a uma parcela das cadeiras disponíveis conforme o percentual de votos recebidos.

O número exato depende dos cálculos previstos na legislação eleitoral, incluindo o quociente eleitoral, que é o número de votos válidos dividido pelo número de cadeiras, e a distribuição das sobras. Só depois dessa divisão é que se define quais candidatos ocuparão as vagas conquistadas pelo partido ou federação, entrando os mais votados dentro da legenda. E se ainda houver cadeiras a distribuir e não houver mais partidos ou federações que atendam aos critérios estabelecidos, as vagas restantes podem ser disputadas por todas as legendas que participam da eleição proporcional, conforme as re-

gras de maiores médias previstas na legislação eleitoral.

O Brasil adota o sistema de lista aberta. Isso significa que o eleitor pode escolher diretamente um candidato ou votar apenas na legenda. Os votos recebidos pelos candidatos ajudam a determinar quais nomes, dentro de cada partido ou federação, ocuparão as cadeiras conquistadas. Por isso, na eleição proporcional, um candidato mais votado pode ajudar seu partido a conquistar mais cadeiras.

É importante ressaltar que o partido tem que conquistar a cadeira, mas seu candidato também precisa ter uma votação mínima. Caso contrário, o partido perde a cadeira, que vai para outro partido. Ou seja, com as atuais regras, o voto somente na legenda corre o risco de contribuir para a eleição de candidatos de outras legendas.

Carta-compromisso do Sindipetro/MG traz agenda estratégica



Disponibilizada de forma pública a todos as candidatas e candidatos interessados, a carta-compromisso elaborada pelo Sindipetro/MG traz diretrizes para o desenvolvimento de Minas Gerais, com o objetivo de contribuir para o debate público sobre o crescimento industrial, infraestrutura estratégica, ciência e tecnologia, segurança energética, valorização do trabalho e soberania nacional.

O documento foi apresentado no dia 17 de setembro, na sede do Sindicato, em evento com a presença de parlamentares e representantes de movimentos sociais. “Nesse momento, às vésperas de uma eleição, com um cenário internacional muito incerto, principalmente na área de energia, é muito importante fazermos esse debate, exigindo o compromisso dos candidatos em defesa dessas pautas estratégicas para o desenvolvimento do estado e do país”, afirmou a coordenadora-geral do Sindipetro/MG, Carmem Lúcia Rodrigues.

★ **Fortalecimento e ampliação da infraestrutura energética**, industrial e logística de Minas Gerais, com defesa de investimentos na Petrobrás em Minas e em

novas plantas industriais capazes de agregar valor à produção mineira.

★ **Reestatização de ativos estratégicos privatizados e defesa do patrimônio da Petrobrás**, com oposição a novas privatizações, valorização dos trabalhadores, trabalho decente, segurança operacional, qualificação, negociação coletiva, pesquisa e desenvolvimento tecnológico, reforçando o parque de refino e a soberania energética nacional.

★ **Transição energética justa, ordenada e equitativa**, conciliando redução de emissões, segurança energética, desenvolvimento industrial, proteção aos trabalhadores e às comunidades e distribuição equilibrada dos custos e benefícios da transformação.

★ **Modernização da Regap e avanço do refino ao biorrefino**, com ganhos de eficiência, ampliação da Unidade de Biodiesel de Montes Claros, desenvolvimento do Diesel R, combustíveis de menor intensidade de carbono e

novas rotas tecnológicas articuladas à capacidade agroindustrial de Minas Gerais.

★ **Fortalecimento da geração termelétrica estratégica**, com defesa da UTE Ibitité e da UTE Juiz de Fora como ativos essenciais para a segurança do sistema elétrico e para a manutenção de empregos qualificados.

★ **Ciência, tecnologia, formação profissional e trabalho qualificado**, aproximando universidades, institutos federais, escolas técnicas, centros de pesquisa, empresas e comunidades, com geração de empregos de qualidade, remuneração digna, saúde, segurança, direitos e negociação coletiva.

★ **Integração energética e logística de Minas Gerais com o restante do país**, fortalecendo Petrobrás, Transpetro e a malha de dutos que atravessa o estado, posicionando Minas Gerais como polo estratégico de conexão entre a produção, o refino e a distribuição de combustíveis no Brasil.